

[Acesse e baixe o livro Femicídio #InvisibilidadeMata na íntegra](#)

O Instituto Patrícia Galvão e a [Fundação Rosa Luxemburgo](#) lançam o livro Femicídio #InvisibilidadeMata ([saiba como foi o evento de lançamento](#)). A obra debate as características dos feminicídios, denuncia sua perpetuação no Brasil - o quinto país com a maior taxa de assassinatos femininos no mundo - e destaca ainda a urgência do enfrentamento às violências contra as mulheres.

Buscando ampliar este debate urgente e necessário, o livro está disponível também para consultas, compartilhamentos e download na íntegra no link (gratuito):

[Livro Femicídio #InvisibilidadeMata \(em pdf/alta resolução\)](#)

[Livro Femicídio #InvisibilidadeMata \(em pdf/tamanho reduzido\)](#)

Sobre o livro



Femicídio. Nomear o problema é uma forma de visibilizar um cenário grave: o Brasil convive com violências cotidianas contra as mulheres, o que resulta em uma das maiores taxa de assassinatos femininos no mundo. Além de nomear, a definição do problema mostra também que é preciso conhecer melhor sua dimensão e contextos, bem como desnaturalizar concepções e práticas que colaboram para a perpetuação da violência contra as mulheres até o desfecho fatal.

Neste livro estão sintetizadas as principais contribuições e reflexões reunidas no [Dossiê Femicídio](#) - uma plataforma online que reúne vozes de diversas fontes: especialistas, feministas, antirracistas, ativistas que defendem direitos de mulheres lésbicas, bis, travestis e transexuais, além de pesquisas, dados e documentos.

O livro traz também um registro da memória de alguns casos de feminicídio que aconteceram no Brasil, uma forma simbólica de homenagear estas mulheres e também as milhares de vítimas que têm suas identidades diluídas em estatísticas alarmantes. Amanda, Claudia, Eloá,

Gerciane, Isamara, Laura, Luana. Mulheres cujas vidas foram interrompidas e que deixaram luto, dor e saudade. Assassinadas por parceiros, ex, agentes do Estado e por toda uma sociedade fundada sobre bases discriminatórias e desigualdades sociais que constroem o desvalor da vida de mulheres.

Este livro reúne, assim, vozes, histórias e memórias que cobram a efetivação de direitos sociais e processos democráticos que garantam uma vida digna, em que a diversidade seja respeitada e valorizada. Vozes que reivindicam uma verdadeira transformação do próprio Estado. Diante do recrudescimento de práticas conservadoras e antidemocráticas no contexto da crise política e econômica que o país atravessa, são vozes urgentes e necessárias - que certamente têm muito a contribuir para reverter este cenário em que a #InvisibilidadeMata. [Confira](#).

Acompanhe os lançamentos, eventos e ações do Instituto Patrícia Galvão nas redes sociais:

Facebook: www.facebook.com/agenciapatriciagalvao

Twitter: twitter.com/ipatriciagalvao

[Aluno que matou ex-namorada dentro da UnB é condenado a 23 anos de prisão](#)

Vinícius Ribeiro foi considerado culpado pelo homicídio quadruplamente qualificado de Louise Ribeiro

O ex-aluno da Universidade de Brasília (UnB) Vinícius Neres Ribeiro foi condenado nesta segunda-feira a 23 anos e 10 dias de prisão pelo assassinato de Louise Maria da Silva Ribeiro, sua ex-namorada. O crime ocorreu em 10 de março do ano passado, dentro de um dos laboratórios de Biologia da universidade.

[\(O Globo, 04/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Vinicius foi considerado culpado de homicídio quadruplamente qualificado (asfixia, feminicídio, motivo torpe e recurso que dificultou a defesa da vítima) e pela destruição parcial do cadáver da vítima. A pena, inicialmente de 25 anos, foi reduzida pelo jovem ser réu primário e por ter menos de 21 anos.

Leia mais:

[Condenado a 23 anos por matar ex na UnB vai recorrer, diz advogada \(G1/Distrito Federal, 04/04/2017\)](#)

[Frieza marca depoimento de condenado por morte de Louise Ribeiro \(Correio Braziliense, 04/04/2017\)](#)

O julgamento durou cerca de dez horas e ocorreu no Tribunal do Júri do Distrito Federal (TJ-DF), em Brasília. Filas foram formadas do lado de fora da corte para acompanhar a sessão, que ficou lotada.

Segundo a denúncia, Ribeiro não se conformava com o fim do relacionamento com a vítima. Louise teria sido atraída pelo acusado até o laboratório, onde foi asfixiada com o uso de clorofórmio. Ribeiro, de acordo com a denúncia, ainda destruiu parcialmente o corpo, levando-o para lugar ermo e ateando fogo no cadáver. Louise estava no 4º semestre de biologia e fazia estágio no Ibama.

[Frieza marca depoimento de condenado por morte de Louise Ribeiro](#)

Após quase 11 horas de julgamento, o Tribunal do Júri de Brasília condenou Vinícius Neres Ribeiro por homicídio quadruplicamente qualificado

Assassino confesso de Louise Maria da Silva Ribeiro, 20 anos, Vinícius Neres Ribeiro foi condenado ontem a 23 anos e 10 dias pela morte da estudante de biologia da Universidade de Brasília (UnB) em 10 de março de 2016. O julgamento durou quase 11 horas e ficou marcado pela frieza do réu, mesmo comportamento durante a época da prisão. A sentença levou em conta o homicídio quadruplicamente qualificado (feminicídio, motivo torpe, asfixia e recurso que dificultou a defesa da vítima) e a destruição parcial do cadáver.

[\(Correio Braziliense, 04/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A sessão atraiu estudantes de direito, amigos da vítima e familiares do réu e de Louise, que esperaram em uma longa fila em frente ao Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios (TJDFT). O julgamento teve lotação máxima, com 250 pessoas. Os relatos emocionaram todos. A mãe da jovem, Sandra Batista Ribeiro, deixou a sessão duas vezes. Em uma delas, quando o promotor apresentou fotos do corpo da filha. No lado destinado a parentes, amigos e conhecidos de Louise no plenário, havia, pelo menos, 20 pessoas nos assentos reservados. No de Vinícius, quatro — entre elas, os pais dele.

Leia mais:

[Relembre o caso Louise Ribeiro](#)

[Acompanhe o julgamento de Vinícius Neres, assassino confesso de Louise](#)

A mãe de Vinícius, com a cabeça baixa, chorou em diversos momentos do julgamento, assim como o pai, o funcionário da Embrapa Amilton Oliveira. O acusado só demonstrou emoção durante o depoimento do servidor federal. “Dizem que o filho se espelha no pai. No meu caso, eu sempre quis ser igual a ele. Estudioso, motivado. Ele que me ajudou a estudar sempre”,

contou o réu.

Vinícius detalhou, no Tribunal do Júri de Brasília, que colocou um saco plástico na cabeça de Louise porque ela começou a sangrar pelo nariz — efeito esperado pelo uso do clorofórmio (leia Memória). Após refletir sobre o crime, ele levou o corpo de Louise para um matagal nas imediações da UnB e ateou fogo. “Eu só saí, nem olhei para trás. Joguei álcool em todo o corpo, indiscriminadamente”, relatou.

Com uma foto de Louise no telão, o promotor Marcello Oliveira Medeiros homenageou a vítima. Para ele, ficou clara a premeditação do crime. “O réu alegou que jogou álcool em todo o corpo, o que não é verdade, já que há queimaduras praticamente apenas na região pélvica e na cabeça. Ele visou destruir ali algo simbólico, atingindo uma região sexual”, explicou.

Após a apresentação dos fatos pela promotoria, o pai de Louise, o militar Ronald Ribeiro, comentou que o momento mais difícil do julgamento foi ser obrigado a ouvir mentiras do réu. “Nos primeiros depoimentos, ele contou que matou a minha filha após ela o abraçar fraternalmente. Agora, ele quer falar que a Louise foi rude e fria com ele. Isso não é motivo para matar ninguém, ele está querendo sensibilizar o júri”, comentou.

Segundo a advogada do acusado, Tábata Laís Sousa Silva, Vinícius admirava e nutria amor pela vítima e não tinha a intenção de menosprezá-la. “Ele matou, é fato. Mas não matou por ser mulher.” A defesa não concordou com a qualificadora de feminicídio. Às 20h21, o juiz Paulo Rogério Santos Giordano, do Tribunal do Júri, leu a sentença e decretou: “Matou a vítima de forma desumana e cruel”. Inicialmente, Vinícius foi condenado a 25 anos de reclusão, mas dois atenuantes acabaram levados em consideração: a confissão e a menoridade relativa do réu (tem entre 18 e 21 anos). Dessa forma, o réu recebeu a pena de 23 anos e 10 dias de reclusão.

Atraso

Antes do julgamento, cerca de 200 pessoas aguardavam em uma fila, em frente ao Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios (TJDFT), para acompanhar o júri de Vinícius Neres Ribeiro. Entre elas, familiares da vítima, amigos e estudantes de direito. Alguns chegaram durante a madrugada para garantir lugar. Por causa do movimento intenso, a sessão que estava prevista para começar às 9h atrasou quase uma hora. Às 9h50, o juiz Paulo Rogério Santos Giordano abriu os trabalhos.

Crime premeditado

Carlos Moura/CB/D.A Press - 11/3/16

Em 10 de março de 2016, Vinícius Neres Ribeiro (foto), 21 anos, então estudante de biologia da Universidade de Brasília (UnB), asfixiou a colega Louise Maria da Silva Ribeiro, 20, com clorofórmio, em um laboratório da instituição. O jovem havia enviado uma mensagem de texto a Louise afirmando que se mataria caso ela não fosse encontrá-lo. Se-



gundo a denúncia do Ministério Público do DF e Territórios, “o acusado premeditou o crime de forma meticulosa, decidindo hora, lugar e meio de execução”.

Ainda de acordo com o documento, “ao encontrar-se com Louise, Vinícius a atacou com um lenço embebido em clorofórmio para reduzir sua resistência”. Após asfixiar a vítima, Vinícius enrolou o corpo dela em um colchão inflável, colocou-o em um carrinho de laboratório e transportou-o para o carro dela. Foi a um local ermo e tentou atear fogo

ao cadáver. Por ter sido praticado contra uma mulher, em contexto de violência doméstica e familiar, o crime foi classificado, também, como feminicídio.

Condenado a 23 anos por matar ex na UnB vai recorrer, diz advogada

Sentença foi definida nesta segunda; Louise Ribeiro foi morta em março de 2016. Defesa vai pedir ao TJ que reduza a pena aplicada; Vinicius Neres confessou assassinato.

a 23 anos de prisão por matar a estudante Louise Ribeiro em um laboratório da Universidade de Brasília, o ex-estudante de biologia Vinicius Neres vai recorrer da sentença definida nesta segunda-feira (3). A informação foi confirmada ao G1 por uma das advogadas do jovem, Tábata Laís Sousa Silva.

[*\(G1/Distrito Federal, 04/04/2017 - acesse no site de origem\)*](#)

“É cedo para dizer se será acatado ou não, depende da caminhada. Nutro expectativas de que a pena será reduzida, mas não há como precisar em quanto tempo”, diz Tábata. Até a tarde desta terça (4), o teor do recurso ainda não tinha sido definido pela equipe.

O crime aconteceu em março de 2016. Louise, que tinha 20 anos, foi dopada com clorofórmio e, depois de inconsciente, teve 200 mililitros do produto químico injetados na boca. O produto tóxico foi a causa da morte, segundo laudo do Instituto Médico Legal (IML). O crime foi cometido em um laboratório da UnB.

A defesa tem prazo de cinco dias para recorrer, e a contestação será julgada pelo próprio tribunal. Desde o início do julgamento, as advogadas de Neres não argumentavam pela inocência do réu, e sim, pela aplicação de uma pena mais branda.

‘Fora do padrão’

A defesa de Neres argumenta que o assassinato de Louise “foi o único comportamento fora do padrão”. “Após o crime, mesmo preso, Vinicius voltou a ser um jovem dócil, educado e prestativo”, diz Tábata.

O mesmo argumento foi usado durante o julgamento de segunda. De acordo com a equipe que defendeu Neres no tribunal, o ex-estudante sempre planejou se matar no laboratório mas, quando contou essa ideia a Louise, recebeu “um abraço frio” da moça.

Esse abraço teria feito o jovem mudar de ideia, segundo a tese da defesa. “Ele não matou por ela ser mulher. Ele chegou a esse limite por estar em um elevado estresse”, disseram as advogadas, durante o júri.

“Ele sempre foi um bom estudante, um bom amigo, um bom filho, um bom neto. Até aquele fatídico dia. Aconteceu tudo o que aconteceu, depois ele voltou para a sua plenitude.”

Em um momento da argumentação da defesa, as advogadas afirmaram que “quem saiu machucado do relacionamento foi Vinicius”. A fala arrancou risos de parte do público que acompanhava a sessão.

O juiz Paulo Giordano, então, ameaçou esvaziar o plenário caso houvesse outra manifestação. “Estamos em um caso muito sério”, afirmou.

Julgamento

A sentença do ex-aluno de biologia da UnB foi definida por sete jurados e lida pelo juiz Paulo Giordano na noite de segunda. Durante o julgamento, Neres ouviu a sentença em pé e não chorou.

A pena inicial foi definida em 25 anos, mas a idade de Vinicius Neres (inferior a 21 anos) e a confissão do crime contribuíram para reduzir a condenação. Por entender que o réu “demonstrou periculosidade completa”, a Justiça definiu que ele não poderá recorrer em liberdade.

Os sete jurados decidiram aplicar os quatro “agravantes” indicados pelo Ministério Público para qualificar o homicídio: motivo torpe, meio cruel (asfixia), recurso que dificulta a defesa da vítima e feminicídio.

A classificação do caso como “feminicídio” torna o crime hediondo, e dificulta a progressão de pena para os regimes semiaberto e aberto. Se a defesa do estudante conseguir retirar esses agravantes, na prática, Neres pode passar menos tempo na cadeia.

De acordo com a investigação, Neres prendeu os pés e as mãos de Louise e enrolou o corpo dela em um colchão inflável. Ele teria levado o corpo da estudante no carro dela até uma área de cerrado no Setor de Clubes Norte e abandonado o cadáver na mata.

Por Marília Marques, G1 DF

Entrevista: lei do feminicídio deu visibilidade à morte por gênero

“Se não fosse a Dilma, o feminicídio não teria virado lei no Brasil. O impeachment não apagou o fato histórico do Brasil ter escolhido uma mulher para presidente por duas vezes. Admito que ela foi um tanto inábil em certas ocasiões e até mesmo incompetente para lidar com determinados assuntos, mas admito também que o Brasil é um País de golpistas, aproveitadores e corruptos.”

(Jornal Cruzeiro do Sul, 03/04/2017 - [acesse no site de origem](#))



Luiza Nagib Eluf é procuradora de Justiça do Ministério Público paulista aposentada e milita pelo fim da violência contra a mulher

Foi assim, com veemência, que a Procuradora de Justiça do Ministério Público paulista aposentada, Luiza Nagib Eluf, respondeu a questionamenLuiza Nagib Elufto do Cruzeiro do Sul sobre o fato do Brasil ter eleito pela primeira vez uma mulher para a Presidência da República que se tornou, também, a primeira a ter o mandato cassado. “A presença (de Dilma) no cargo máximo da Nação foi muito importante para as mulheres”, destacou.

Autora de sete livros, entre eles A paixão no banco dos réus, e integrante da Comissão de Revisão do Código Penal, além de ter comandado a Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995), Luiza Eluf fala, nesta entrevista, sobre a violência de gênero, classifica como “profundamente machistas” as declarações do presidente Michel Temer que este ano, no Dia Internacional da Mulher, deu ênfase aos atributos domésticos da própria esposa.

Cruzeiro do Sul - Números do Mapa da Violência revelam que em Sorocaba a cada 40 dias uma mulher morre por ser mulher. Num contexto geral, a que atribuir tanta violência contra a mulher?

Luiza Eluf - A violência contra a mulher é ainda muito maior do que esse dado que você menciona. Nem todos os casos de feminicídio são devidamente notificados; nem só de

assassinatos vive a violência contra a mulher; o homicídio é apenas o lado mais radical dessa violência, que começa com o espancamento cruel, evolui para o estupro e desemboca no homicídio. Para mim, as razões dessa violência são muito claras: o Brasil é patriarcal desde que Cabral descobriu nossas terras; os colonizadores não pouparam esforços para dizimar os índios, estuprar as índias, escravizar os negros e praticar todo o tipo de violência necessária para dominar o território. A violência é parte de nossa cultura. O patriarcalismo veio com os colonizadores, que adotaram no Brasil as Ordenações Portuguesas (Afonsinas e Manoelinas), tirando todos os direitos civis das mulheres, sem dó nem piedade. Até hoje, carregamos conceitos medievais em nossa cultura. As nossas leis foram reformadas e estão muito bem agora, mas falta saírem do papel para a vida real.

CS - O que precisaria ser feito para mudar a realidade da violência de gênero no País?

LE - Ainda falta tudo. As Delegacias de Defesa dos Direitos da Mulher (DDMs) precisam funcionar melhor, ter um corpo de funcionárias mais numeroso, abrir durante as 24 horas do dia, contar com as Casas Abrigo (locais para onde as vítimas de violência podem se mudar por até seis meses, com endereço sigiloso, a fim de interromper o ciclo de violência), fazer com que as medidas protetivas da Lei Maria da Penha sejam de fato eficientes, com pronto atendimento em caso de violação por parte do agressor.

CS - A Lei Maria da Penha e a regra que criou a figura do feminicídio contribuíram para inibir os efeitos da violência de gênero?

LE - A Lei Maria da Penha é maravilhosa, foi um grande avanço na defesa dos direitos da mulher e no combate à violência de gênero. Só precisamos aparelhar melhor o Estado para que a lei se torne mais eficaz. De qualquer forma, a lei teve e tem um papel inibidor para o agressor e fortalecedor para a vítima. Hoje, as mulheres que querem romper o ciclo da violência doméstica já podem contar com o apoio do Estado. A tipificação do feminicídio também foi muito importante, não só para dar visibilidade a esse tipo de assassinato, como também para impor penas mais severas para quem mata mulher por ser mulher.

CS - As mulheres ainda sofrem com a discriminação e lutam por igualdade de tratamento. Essa luta tem alcançado os seus objetivos?

LE - A discriminação contra a mulher é violência também. Tudo isso faz parte da chamada “violência de gênero”. O preconceito existe para consolidar a opressão, é tudo a mesma coisa. As restrições impostas às mulheres no mercado de trabalho são o mesmo que o espancamento, o assassinato. Todas essas condutas e outras mais são facetas da dominação do homem sobre a mulher. É contra isso tudo que lutamos.

CS - Cobra-se muito a participação da mulher na política. Por que é tão difícil para a mulher assumir o protagonismo político?

LE - Existe uma barreira política, imposta pelos homens, para barrar o avanço das mulheres em cargos de poder. Nas sociedades patriarcais, o homem manda através do dinheiro e da força. No final, as cotas para mulheres nos partidos ajudaram muito pouco. Não adianta ter a legenda partidária se não há dinheiro nem apoio para fazer a campanha.

CS - Ainda é grande a resistência da mulher em denunciar seu agressor?

LE - É preciso entender que a mulher, em geral, não “resiste” à toa, ela tem medo! Muito

medo! Os homens são assassinos de mulheres e elas sabem disso. As vítimas nem sempre contam com o apoio de familiares e amigos. Por vezes, os familiares morrem junto com elas! O Estado não consegue dar a proteção que deveria, todos começam a correr riscos, a situação não é simples como pode parecer.

CS - O Brasil elegeu pela primeira vez uma mulher para a Presidência da República. E ela também foi a primeira mulher a ter o mandato cassado. Até que ponto isso frustrou as expectativas do segmento feminino?

LE -Não posso afirmar quais teriam sido as expectativas do segmento feminino no geral, mas posso falar em nome próprio, sobre as minhas expectativas: eu queria muito que o governo de Dilma tivesse dado certo até o final. Mesmo não sendo petista, torci muito por ela e acredito que sua presença no cargo máximo da Nação foi muito importante para as mulheres. Se não fosse a Dilma, o feminicídio não teria virado lei no Brasil. O impeachment não apagou o fato histórico de o Brasil ter escolhido uma mulher para presidente por duas vezes.

Admito que Dilma foi um tanto inábil em certas ocasiões e até mesmo incompetente para lidar com determinados assuntos, mas admito também que o Brasil é um País de golpistas, aproveitadores e corruptos. Nosso maior problema é a ignorância. Precisamos de educação, de pessoas aprendendo muito nas escolas, lendo, estudando, se informando, tomando ciência do que é o mundo. A ignorância nunca é boa conselheira.

[A história de violência que marcou a vida de Sônia e a de sua filha, Eliza Samúdio](#)

Em entrevista à Pública, Sônia narra a história de violência que marcou sua vida e a de sua filha, Eliza Samudio, vítima de feminicídio - um crime que mata uma mulher a cada 90 minutos no Brasil

Quando dona Sônia entra na sala, minha garganta dá um nó. A semelhança entre ela e a filha é impressionante. Por vezes, durante nossas conversas, tenho a sensação de que é a própria Eliza Samudio, mais velha, quem relembra a barbárie a que foi submetida por ter tido “a audácia” de engravidar de um encontro sexual casual com um jogador de futebol famoso.

[\(A Pública, 03/04/2017 - acesse a íntegra no site de origem\)](#)

Mas não é só fisicamente que Sônia e Eliza se parecem. Também as histórias de violências sofridas por mãe e filha se encontram em muitos momentos. “A diferença é que eu fugi e fiquei viva e a minha filha enfrentou e morreu”, diz Sônia, tentando secar as lágrimas que teimam em cair, quase sete anos depois do assassinato da filha.

Na época, o crime ganhou muita atenção da mídia e da sociedade, um tanto por causa das personagens - um jogador de futebol famoso, goleiro titular do Flamengo, uma modelo, fã de futebol que havia participado de filmes adultos, um amigo obcecado, um ex-policial sanguinário, ex-esposas e namoradas - e outro tanto pela crueldade do crime: sequestro,

assassinato a sangue-frio e ocultação do corpo, provavelmente esquartejado e jogado aos cães do executor, segundo o depoimento de Jorge Luiz Rosa, primo de Bruno e principal testemunha do caso. A opinião pública se dividiu entre os que achavam que Eliza não passava de uma “Maria chuteira”, uma atriz de filmes pornôos que só queria se aproveitar da fama e do dinheiro do “talentoso jogador” e, portanto, “merecia” morrer; e os que viram em Bruno um “monstro”, um “assassino de sangue-frio”, alguém à margem da sociedade. Não se tocou na palavra exata para descrever o crime: feminicídio. É esse o nome do assassinato de mulheres em contextos marcados por desigualdade de gênero, considerado crime hediondo no Brasil desde 2015. Por dia no país acontece um feminicídio a cada 90 minutos, 5 espancamentos de mulheres a cada 2 minutos e 179 relatos de agressão. Esses dados estão compilados, com definições, informações e análises importantes, no livro *Femicídio #invisibilidademata*, lançado no último dia 30 pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo.



Segundo Sônia, o sonho de Eliza desde criança era ser modelo (Foto: José Cícero da Silva/Agência Pública)

Quando Bruno foi solto por uma [liminar concedida no habeas corpus 139612](#) pelo ministro do STF Marco Aurélio -, dona Sônia assistiu estupefata às cenas do assassino de sua filha posando para fotos com fãs e dando entrevistas sorridentes a repórteres que evitavam perguntas desagradáveis. O assunto era futebol: ele havia sido contratado pelo time de futebol Boa Esporte Clube, de Minas Gerais ([que está pagando um alto preço pela aquisição](#)). Nenhuma pergunta sobre o crime que levou a filha dessa mulher pequena e magra que desde então tem perdido peso, noites de sono e até a concentração para fazer os doces e salgadinhos que vende para complementar a renda da família: “Eu emagreci 27 quilos na época [desaparecimento e morte de Eliza], mas consegui recuperar 16 com tratamento. Essa semana

emagreci mais três. Volta tudo, não estou conseguindo dormir nem trabalhar”, conta.

Enquanto vemos fotos antigas no sofá da casa de sua comadre, ela diz também temer por sua vida e a do neto. Conta que recebe ligações no meio da madrugada, vindas de números desconhecidos, e vê carros estranhos passeando por seu bairro. Lembra que na época do julgamento recebia ligações dizendo que um rolo compressor iria passar sobre sua cabeça, que era para ela desistir do processo, pra não medir forças. “Mas minha maior preocupação hoje é com o Bruninho”, diz, referindo-se ao filho de Eliza e Bruno, que ironicamente herdou o nome do pai.

por Andrea Dip

[Dandara pedia por mim, diz mãe de travesti assassinada no Ceará](#)

RESUMO Em 15 de fevereiro, a filha da aposentada Francisca Ferreira de Vasconcelos, 74, foi agredida e assassinada a tiros, em Fortaleza (CE). Nascida Antônio Cleilson Ferreira de Vasconcelos, 42, adotou o nome Dandara Kethlen. Quatro homens foram presos e outros quatro adolescentes, apreendidos, suspeitos de participarem da morte da travesti. Eles gravaram um vídeo com as agressões, que viralizou na internet.

[\(Folha de S.Paulo, 26/03/2017 - acesse em pdf\)](#)



Francisca Ferreira de Vasconcelos, 72, Aposentada, mãe de Dandara Kethlen, 42, travesti morta a tiros em 15 de fevereiro passado, na periferia de Fortaleza, segura foto de Dandara em sua casa, no Conjunto Ceará. Um mês depois do crime, a família espera punição dos assassinos (Foto: Jarbas Oliveira/FolhaPress)

Está difícil viver nessa casa, pretendo vendê-la. Morava aqui [imóvel de seis cômodos no bairro Conjunto Ceará, na zona oeste de Fortaleza] com Cleilson, a Dandara, com mais uma filha e uma neta. Tudo me lembra ele.

Ainda estão aqui as roupas que meu filho vendia. Roupas usadas, que ganhava de amigos. Ele era muito querido.

Neste mês de um mês desde que ele morreu, já chorei muito, já fiquei com raiva, dei muitas entrevistas, já falei com o governador [Camilo Santana, do PT, que recebeu Francisca no Palácio da Abolição, no dia 10 de março], mas o que mais me deixa agoniada é que Cleilson me pediu para ter um animal de estimação, um gato, e não deixei. Isso me agonia agora.

As lembranças dessa casa são também de meu outro filho que morreu, o Alisson. Ele também

era travesti, se chamava de Sheila. Ele morreu numa queda. Ele tinha convulsões, e em uma delas acabou caindo, batendo a cabeça e morrendo. Em maio agora faz dois anos.

NASCEU MULHER

O Cleilson, a Dandara, era extrovertido. Falava “que já havia nascido mulher”. Estudou só até a oitava série. Tinha uma veia de humorista. Pessoas vinham até em casa para ouvi-lo contar piadas. Eu sempre achei que ele seria humorista.

Uma vez perguntei por que havia escolhido Dandara, e ele disse que era um nome internacional. Era Dandara Kethlen. Não entendo até agora porque a imprensa escreve Dandara dos Santos, esse dos Santos nunca existiu.

Uma das minhas netas disse que é porque agora o Cleilson vai virar um santo. Nós, familiares, só o chamávamos de Cleilson. Os amigos o chamavam de Dandara.

O Alisson era mais fechado. Ele era sete anos mais novo que Cleilson, mas quando completou 25 decidiu ir para São Paulo. Disse que um amigo arrumaria emprego. Lá colocou silicone, fui contra. Ele gastou R\$ 6.500, e tentou ir para a Espanha, dizia que trabalharia por lá.

Olha só o que falaram para o meu filho Alisson: que ele chegasse lá no aeroporto, em Barcelona, e falasse que passaria férias na Espanha, em um hotel cinco estrelas. Mas ele tinha R\$ 900 no bolso. Na entrevista no aeroporto viram o pouco dinheiro, não acreditaram na história, e o deportaram.

AIDS E PRECONCEITO

O Cleilson também morou em São Paulo e no Rio. Mas os dois acabaram voltando para casa, principalmente quando ficavam doentes. Eles tinham HIV. Eu gostava de tê-los aqui perto, nunca achei que algum mal aconteceria, apesar de todo o preconceito por eles terem assumido a homossexualidade.

Nunca percebi que os dois poderiam ser homossexuais, quando crianças. Nenhum dos dois me contou diretamente, eu descobri.

No caso do Cleilson, uma menina um dia veio aqui e pediu para falar com ele. Ficaram ali dentro mais de uma hora. De repente ela saiu chorando. Me falou que se declarou, mas ele disse que não gostava de meninas, gostava de homens. Tinha 17 anos.

“Não sinto atração por mulheres, mãe”, ele me dizia assim desde então.

Nunca rejeitei meus filhos, sempre tive muito carinho por eles. O que vamos fazer, matá-los pela opção que escolheram seguir?

Meu ex-marido foi embora faz 20 anos. Ele sempre teve uma relação distante com os filhos, mas anos depois uma colega me disse que ouviu da boca dele que iria embora porque dois dos filhos estavam virando ‘baitolas’.

MORTES

Eu tive dez filhos. Três já morreram. Além de Cleilson e do Alisson, perdi uma garotinha quando ainda era pequena. Tenho 23 netos e três bisnetos. A família é grande, mas agora

tenho um vazio.

Meu filho estava debaixo de umas árvores, que ficam aqui no fim da rua, depois do almoço. Pegaram ele lá e levaram para o Bom Jardim [bairro distante 4 km do Conjunto Ceará]. É um bairro bonito, mas falam que está muito perigoso. Muito.

Estava em casa, quando um homem chegou e pediu para ver uma foto do Cleilson. Mostrei, ele disse que não era o homem morto no Bom Jardim, mas vi que ele mentia. Depois ele cochichou com os vizinhos e eu soube.

Me dói que eu não estava lá. Falam que ele pedia por mim, que ele pedia água. Os moradores do local onde ele morreu se esconderam nas casas, mas ligaram para a polícia, que chegou só tempos depois, e porque os moradores diziam que os bandidos ateariam fogo no corpo.

Eles atiraram pedra no meu filho, chutaram, bateram. O caixão precisou ficar fechado no velório e no enterro, ele estava desfigurado.

MENTIRAS

Não vi todo o vídeo, só uma cena, quando participei de um programa [de TV em São Paulo]. Ouvi muitas mentiras, de que meu filho tinha dívida por droga, de que havia brigado. Meu filho vendia roupas usadas para me ajudar, e dizia que o sonho era poder ter dinheiro para terminar essa casa. Morreu por ódio e preconceito.

Foi ainda mais dor para enterrá-lo. O único lugar inicialmente que tínhamos para enterrá-lo era num cemitério no Bom Jardim, justamente no bairro em que ele morreu.

Quando o Alisson se foi, o [jazigo] que temos em Antônio Bezerra [bairro da zona oeste de Fortaleza] já estava cheio, então tivemos que enterrá-lo em um emprestado lá no Bom Jardim. O Alisson continua lá, vai ficar mais três anos até eu poder tirá-lo. Mas o Cleilson não queria colocar lá. Conseguimos dinheiro emprestado, R\$ 1.500, para enterrá-lo em um cemitério novo. Seria horrível ter que voltar ao Bom Jardim toda vez que quisesse visitar meu filho.

Espero Justiça, que todos que fizeram mal ao meu filho paguem por isso. E que seja algo que faça as autoridades olharem mais para o preconceito e o ódio. O pior é o ódio que sentiam pelo meu filho. O que ele fez para merecer morrer desse jeito?

Depoimento a

Marcel Rizzo

Colaboração para a Folha, em Fortaleza

[Violências invisíveis: dados sobre a violência contra a mulher negra, por](#)

Mafoane Odara e Samira Bueno

12 milhões de mulheres sofreram algum tipo de ofensa verbal em 2016. 5,2 milhões foram assediadas e humilhadas publicamente no transporte público. 4,4 milhões sofreram uma violência física como tapa, chute ou soco. 1,4 milhões foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento. Em 61% dos casos por conhecidos. Em 52% dos episódios nós, mulheres, não fizemos nada.

[\(#AGORAÉQUESÃOELAS/ Folha de S.Paulo, 21/03/2017 - acesse em pdf\)](#)

Estes dados, revelados na semana que marca a luta das mulheres pela equidade de gênero, fazem parte da pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil”, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Instituto DataFolha com o apoio do Instituto Avon e do Governo do Canadá.

Leia mais:

[21 de março: Aniversário da SEPPPIR e Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial \(Seppir, 21/03/2017\)](#)

[O racismo nosso de cada dia e a situação da mulher negra brasileira, por Jurema Werneck \(Huffpost Brasil, 22/03/2017\)](#)

[ONU Mulheres Brasil nomeia Kenia Maria como Defensora dos Direitos das Mulheres Negras \(ONU Mulheres, 21/03/2017\)](#)

[89% das negras foram vítimas de assédio; entre as brancas, 35% \(Folha de S.Paulo, 08/03/2017\)](#)

[Mulher negra ganha quase R\\$ 1.500 a menos por mês do que homem branco no Brasil \(R7.com, 06/03/2017\)](#)

Se a desigualdade de gênero e a gramática extremamente violenta que permeiam as relações sociais no Brasil já não fossem uma mistura extremamente perversa que marca o cotidiano das mulheres, este quadro é agravado por uma variável fundamental para compreendermos os altos índices de violência contra a mulher hoje: o racismo.

Racismo este que se manifesta de forma dramática nos números de violência letal quando verificamos que as mulheres negras compõem 62% das vítimas de mortes por agressão, mas que se manifesta de diversas outras formas que se tornam visíveis a partir dos dados divulgados esta semana.

Mulheres negras foram as principais vítimas em todas as questões relacionadas a assédio no espaço público. Cerca de 43% das mulheres negras relataram que foram assediadas na rua, transporte público ou ambiente de trabalho, enquanto 35% das mulheres brancas afirmam que viveram este tipo de situação. Mulheres negras também foram mais abordadas agressivamente em festas e beijadas à força do que as mulheres brancas.

Segundo o estudo, há diferenças significativas nos índices de vitimização por agressão e por assédio entre as variáveis idade, instrução, renda familiar mensal, classe econômica, raça/cor. Quando falamos das violências mais “sutis”, como as ofensas verbais e os assédios, o índice é mais alto entre as mais jovens (70%) que entre as mais velhas (10%), entre as mais instruídas (52%) que entre as menos instruídas (21%), entre as mais ricas (52%) que entre as mais pobres (37%), entre as que pertencem às classes A/B (49%) que entre as que pertencem às classes D/E

(34%), entre as negras - pardas e pretas - (45%) que entre as brancas (35%) e entre as moradoras de regiões metropolitanas (48%) que entre as moradoras do interior (35%).

Estes indicadores podem ser explicados por uma maior atenção ao tema entre mais jovens e mais instruídas, que interpretam como violência mais situações do que as mais velhas e menos escolarizadas. Mas revelam também o quão complexo são estes fenômenos e a enorme agenda em aberto que temos para as políticas públicas.

Governos, sociedade e as empresas já começaram a reconhecer que a violência contra as mulheres precisa ser tratada levando em consideração a sua complexidade. Percebemos que tivemos alguns avanços nos últimos anos, como a criação da Lei Maria da Penha. Porém, essas iniciativas ainda não são eficientes ao ponto de reverter estes dados de forma significativa e definitiva.

Mudar esta realidade só será possível quanto assumirmos a pauta do enfrentamento à violência contra a mulher em todas as instituições, promovendo políticas públicas eficientes em todas as esferas de poder, com um olhar ainda mais atento à questão racial.

Precisamos assumir que, sem uma discussão séria de raça, os índices contra as mulheres negras só aumentarão.

**Mafoane Odara é coordenado de projetos do Instituto Avon. Samira Bueno é diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.*

[Do luto à luta: pelo fim do transfeminicídio, por Berenice Bento](#)

Há algo em comum entre os assassinatos de mulheres e os de transexuais, travestis e bichas - que sucumbem por performatarem o feminino. Para certos machos, estamos todas condenadas a padecer no paraíso

[\(Outras Palavras, 20/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Deixem-nos respirar. Deem-nos tempo, um mínimo, para elaborar nossos lutos, chorar nossos mortos. Ainda quando estávamos estarecidos, nos perguntando até quando Dandaras continuarão a ser assassinadas, temos que nos debruçar sobre outro corpo. Camila, a Camilinha, uma jovem transexual de Salvador, teve seu corpo perfurado por 15 balas. Seu corpo foi encontrado abandonado em uma BR. Uma bala não bastaria para matá-la? O que esta fúria materializada em balas significa?

Até quando teremos que continuar perguntando "até quando"? Eu me lembro de quando explodi em choro, tristeza, angústia, ao ler a notícia que uma transexual brasileira, Gisberta, tinha sido assassinada em Portugal por 15 jovens e me fiz esta pergunta: até quando? Naquele dia, escrevi um artigo publicado em algum jornal. Era o mês de março, o mês do "fim do caminho, do pau, da pedra, fechando o caminho". Cito:

“Quem a matou? Um homem? Dois homens? Não. Quinze adolescentes a torturaram durante horas, abusaram de seu corpo de todas as formas e, depois, a jogaram num poço. O laudo pericial apontou como causa da morte: afogamento. Ou seja, ela ainda tinha vida quando foi atirada no poço. Por que a morte de Gisberta não repercutiu no Brasil? Por que o silêncio? Por que tanto ódio?” (Um minuto de silêncio, em março/2006)

Gisberta, Dandara, Camila... O que está por trás do dado assustador que coloca o Brasil como o país campeão em assassinatos de pessoas trans e travestis? Se o seu estômago está conectado com seu coração tente ler as descrições dos assassinatos das pessoas trans e travestis no Brasil. Você talvez reconheça, como eu, que muitas vezes as palavras sucumbem e o que surge é uma reação física, inesperada e incontrolável: desejo de vômito, misturado com choro e dor no peito. Dandara, carregada no carrinho para entulhos, para lixo. Dandara, aquilo que ninguém quer e que deve ser destruída. Um corpo-lixo.

Para substituir o vômito, idioma corporal que surge quando não há palavras, eu tentei e ainda tento entender o que leva uma criatura a matar, em plena luz do dia e do luar, outra pessoa. Os assassinos de Dandara agiam sem timidez. Cada um queria provar que era capaz de proferir o melhor golpe. Eles não reconheciam nenhum ponto de conexão, ou de identificação, com a pessoa que suplicava para não morrer. Pareciam, diria, até orgulhosos por seu trabalho impecável de legítimos contribuidores da limpeza do mundo daquela merda, um “viado feio”. Faziam um trabalho de saneamento básico e Dandara era o resto que deveria ser levado e despejado em algum lixão.

Este projeto de limpeza tem cúmplices, tem nomes. Vocês, professores/as, deputados/as, juízes, mães/pais que acham que seu mundo é a medida da verdade, são cúmplices dos assassinos de Dandara. Vocês não querem mudar nada, nada. Escola sem gênero, negação de todo direito humano às pessoas trans e às travestis. Quem lhes deu este direito? Deus? Parem de transformar Deus em assassino. Ele deve estar cuspidando, vomitando todas as suas preces que justificam os assassinatos. Como Lady Macbeth, o sangue das Dandaras, Camilas e Gisbertas já migrou, não está mais aparente. Não está mais visível. Desejo-lhes pesadelos piores que os da rainha assassina da Escócia.

Nos últimos quase 20 anos tenho discutido gênero com professores/as, advogados/as, políticos/as... Nestas quase duas décadas o discurso se repete: “O que fazemos quando um aluno pede para ser chamado por nome feminino?”; “ah, mas a biologia diz que...”; “não estamos preparados/as para esta discussão...” ... e por aí vai. Comecei a desconfiar que todos estes argumentos são, em boa medida, desculpas retóricas para não proteger, por exemplo, os/as estudantes que sofrem perseguição por não terem comportamentos “adequados” para seus gêneros. Ora, você precisa de curso de altos estudos para entender que um ser humano está sendo assassinado? Você precisa de um diploma de doutor/a em estudos de gênero para entender que o seu papel como professor/a é não permitir nenhum tipo de violência contra os/as estudantes? A nossa sociedade está plena daquilo que Clarisse Lispector chamou de “sonsos essenciais”.

O que faz com que a minha “humanidade” não me ligue, me conecte com outro ser que tem olhos, boca, fala, pele, rosto e a mesma corporalidade que a minha? Por que ele/ela não pode ser digna de viver? Para termos direito a viver devemos agir de acordo com as expectativas sociais ditadas pela nossa genitália? A genitalização da humanidade nos diz que nada pode existir fora desta estrutura binária: mulher = vagina, homem = pênis. O que fez Dandara? Ousou contra a lei que funda a noção de humanidade: a diferença sexual.

“Mas as mulheres trans e as travestis não têm vagina”, foi um dos comentários que li na reportagem sobre o caso Dandara publicado no New York Times. Então, posso deduzir, que ter uma vagina assegura as mulheres não trans a certeza de que não sofrerão violência? Mas elas também são brutalmente assassinadas. Tanto as mulheres trans, as transexuais, as travestias e outras corporalidades sofrem vários níveis de violência de gênero. Por quê? Há um ponto de unidade fundamental entre as múltiplas feminilidades (e incluo neste campo as bichas): os femininos estão condenados a padecer no paraíso. Está na bíblia, no livro Gênesis. Parir, sofrer as dores do parto é uma metáfora que unifica as múltiplas corporalidades e performances femininas.

Talvez não tenhamos nos dado conta que há uma sinistra coincidência: países onde há elevado índice de feminicídio lá também as mulheres trans e as travestis são corriqueiramente assassinadas. É o caso do Brasil e do México. Há, portanto, pontos de unidade entre o feminicídio e o transfeminicídio que revelam, nos empurram, para uma conclusão óbvia. A motivação dos assassinatos das mulheres trans e das travestis é por performatizarem o gênero feminino.

Qual o desdobramento político desta formulação? Todas as políticas públicas com as marcas de gênero devem ser acionadas pelas pessoas trans e travestis. Todos os crimes devem ser entendidos como motivados por questões de gênero. Mas ainda é pouco. Não me digam que não devemos discutir gênero nas escolas. Contra os sonsos essenciais, a desobediência. Vamos continuar debatendo e lutando por políticas educacionais de respeito radical às diferenças e, simultaneamente, lutando pela aprovação da Lei de identidade de Gênero João Nery que assegura às pessoas trans e travestis os direitos humanos fundamentais: a autodeterminação de gênero.

Por Berenice Bento - Doutora em Sociologia, professora da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), pesquisadora do CNPQ

[Como a Justiça brasileira trata casos de assassinatos de mulheres](#)

Apesar da histórica lentidão judicial, legislação que tipifica o feminicídio a partir de 2015 significa um avanço e pode tornar os processos mais eficientes

A lei que transformou em crime hediondo o assassinato de mulheres por questão de gênero no país completou dois anos na quinta-feira (9 de março). Com a legislação, o Código Penal foi alterado para incluir outra categoria de homicídio qualificado (ou seja, um assassinato com circunstâncias agravantes, previstas na lei): o que é praticado “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”.

[\(Nexo, 19/03/2017 - acesse a íntegra no site de origem\)](#)

De inquéritos a denúncias

Dados do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) obtidos pelo Nexa mostram que, durante o primeiro ano de vigência da nova legislação, cerca de metade dos inquéritos abertos para apurar feminicídios acabou se transformando em denúncias dos acusados.

Entre 10 de março de 2015 e 10 de março de 2016, houve 2.686 inquéritos instaurados para apurar feminicídios em todo o Brasil. Desse total, 90 foram arquivados, 86 desclassificados e 1.420 resultaram em denúncias oferecidas à Justiça, o que corresponde a 52,9% dos casos. Os demais 1.090 correspondiam a investigações em curso, conforme o CNMP.

Segundo Luciana Boiteux, professora associada de direito penal e criminologia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), ainda não é possível saber se, em virtude da recente tipificação do feminicídio, os casos passarão a tramitar e ser concluídos com maior celeridade.

“A Justiça brasileira é bastante lenta em geral, especialmente no caso de crimes contra a vida, que são julgados pelo Tribunal do Júri, cujo procedimento é mais longo e formal, e tem ainda duas possibilidades de recursos. As evidências mostram no geral uma longa espera pelo resultado de julgamentos em crime de homicídio, cabendo, agora, uma avaliação, a partir da tipificação do feminicídio, se vai haver, ou não, uma demora maior nesses casos” - Luciana Boiteux, professora de direito penal da UFRJ

A importância da identificação de um tipo crônico de crime

A tipificação do feminicídio foi importante para que uma forma de crime estrutural na sociedade brasileira pudesse ser tratada e combatida de forma mais direta e eficaz. É a avaliação da promotora Lúcia Iloizio, do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro. De acordo com ela, há especificidades desse tipo de assassinato:

- Diferentemente dos homicídios praticados no contexto de violência urbana, há proximidade e intimidade entre o agressor e a vítima, o que facilita a prática do crime;
- Muitas vezes em feminicídios há o emprego de requintes de crueldade contra a vítima.

Ainda de acordo com Iloizio, que coordena o Grupo Especial de Combate a Homicídios de Mulheres da Promotoria fluminense, quando os crimes ganham uma denominação clara, podem ser trabalhados de maneira mais eficaz.

“Você passa a ter maiores dados estatísticos, começa a quantificar. Por exemplo, nas tabelas dos tribunais já há um item específico com relação ao feminicídio. Enfim, fica mais fácil de trabalhar, identificar e dar visibilidade ao problema.”

Caio do Valle